



Parecer

Concordo.
Agendado na OT do CA
20150730
Rogério Pereira Rodrigues
Vogal do Conselho de Administração

Despacho/Deliberação

O CA aprova 30/7/15
Henrique Martins
Presidente do Conselho de Administração
Rogério Pereira Rodrigues
Vogal do Conselho de Administração

N.º: 052/DF/2015

Data: 30 de julho de 2015

Assunto: RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1.º TRIMESTRE DE 2015

Finalidade

1. Apresentar ao Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), proposta de aprovação do "Relatório Trimestral de execução Orçamental – 1.º trimestre de 2015".

Antecedentes

2. Nos termos do do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do setor empresarial do Estado):
"2 - Os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.
3 - Nos relatórios referidos no número anterior, os titulares dos órgãos de administração especificam o nível de execução orçamental da empresa, assim como as operações financeiras contratadas."



3. Além disso, e alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do mesmo diploma, dispõe que:

“1 - As empresas públicas estão obrigadas a divulgar:

(...) i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;”

4. No que respeita à intervenção do Fiscal único, a alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterados pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, refere que:

“2 — Ao fiscal único compete, especialmente: (i) Dar parecer sobre os instrumentos previsionais de gestão e sobre os relatórios trimestrais de execução orçamental.”

5. Por último, o artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março (Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015), exige que:

“4 — Trimestralmente, até ao dia 30 do mês seguinte ao do termo do trimestre, as entidades referidas no n.º 1, com exceção das previstas no artigo 20.º, procedem à apresentação, do relatório da execução orçamental, elaborado pelo competente órgão fiscalizador ou, na sua falta, pelo respetivo órgão de gestão.”

Análise

6. O Relatório de Execução Orçamental relativo ao 1.º trimestre de 2015, que se apresenta em anexo, apresenta um total de recebimento de € 3.756.068,00 e um total de pagamentos de € 7.439.460,00, o que, adicionando o saldo proveniente da gerência anterior, no valor de € 15.813.695,00, resulta num saldo orçamental, a 30 de março de 2015, de € 12.130.303,00.
7. No que respeita às Demonstrações Financeiras trimestrais, com referência a 30 de março de 2015, as mesmas apresentam um resultado líquido positivo de € 4.076.788,82 e um ativo líquido de € 25.805.932,18.
8. Ao nível dos indicadores verifica-se em geral uma boa performance, no entanto, dever-se-á seguir com atenção a evolução dos indicadores relacionados com os gastos da frota automóvel e prazo médio de pagamentos.

Conclusões

9. O “Relatório Trimestral de execução Orçamental – 1.º trimestre de 2015”, reflete a execução orçamental do primeiro trimestre de 2015 e está em condições de ser aprovado.

Proposta

10. Pelo que antecede, propõe-se ao Conselho de Administração da SPMS, o seguinte:
- a. Aprovação do Relatório Trimestral de execução Orçamental referente ao 1.º trimestre de 2015.





À consideração superior,

O COORDENADOR DOS SERVIÇOS PARTILHADOS DE
LOGÍSTICA E FINANÇAS / T.O.C. N.º 61668

Rui Galhardo

Anexos:

- Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 1.º Trimestre de 2015



RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.º Trimestre de 2015



SPMS_{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

I. Índice

I. Índice.....	1
II. Introdução	2
III. Execução do orçamento	2
1. Análise Orçamental Global	2
2. Execução da receita com referência a 31 de março de 2015	3
3. Execução da despesa com referência a 31 de março de 2015	4
IV. Demonstrações Financeiras	6
1. Balanço	6
2. Demonstração de Resultados	7
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
4. Notas	9
V. Indicadores.....	13
VI. Conclusão.....	14

II. Introdução

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes do artigo 25.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro¹, da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)² e do n.º 4 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março³.

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa.

III. Execução do orçamento

1. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos.

Indicadores Económicos (Unidade Monetária: Euros)	março 2013	março 2014	março 2015
Total de Recebimentos	8.061.394,00 €	2.249.899,00 €	3.756.068,00 €
Saldo de gerência anterior	5.282.545,00 €	12.722.631,00 €	15.813.695,00 €
Total de Pagamentos	7.759.067,00 €	3.096.335,00 €	7.439.460,00 €
Saldo do Mês	5.584.872,00 €	11.876.195,00 €	12.130.303,00 €

No primeiro trimestre de 2015 a SPMS utilizou o saldo de gerência para fazer face a alguns pagamentos, no entanto no final do ano a situação será regularizada.

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado.

² Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterados pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro.

³ Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015.

2. Execução da receita com referência a 31 de março de 2015

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS										
mar-15		Un: euro								
Font. Fin.	Agrup. Designação	Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receita cobrada ano	Receita cob. ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Rec. por cobrar final do ano
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7] = [5] + [6]	[8]	[9] = [2] + [3] - [4] - [7]
4.1.2	R06.09 RESTO DO MUNDO	31.646 €	- €	1.297 €	- €	1.297 €	- €	1.297 €	- €	- €
4.8.0	R06.09 RESTO DO MUNDO	761.413 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
5.1.0	R05.03 JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS	60.000 €	- €	506 €	- €	506 €	- €	506 €	- €	- €
5.1.0	R07.02 SERVICOS	54.048.180 €	5.023.353 €	404.611 €	9.482 €	167.239 €	3.587.026 €	3.754.265 €	- €	1.664.217 €
5.1.0	R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	- €	15.813.695 €	- €	- €
		70.714.934 €	5.023.353 €	16.220.109 €	9.482 €	15.982.737 €	3.587.026 €	19.569.763 €	- €	1.664.217 €
										27,7%

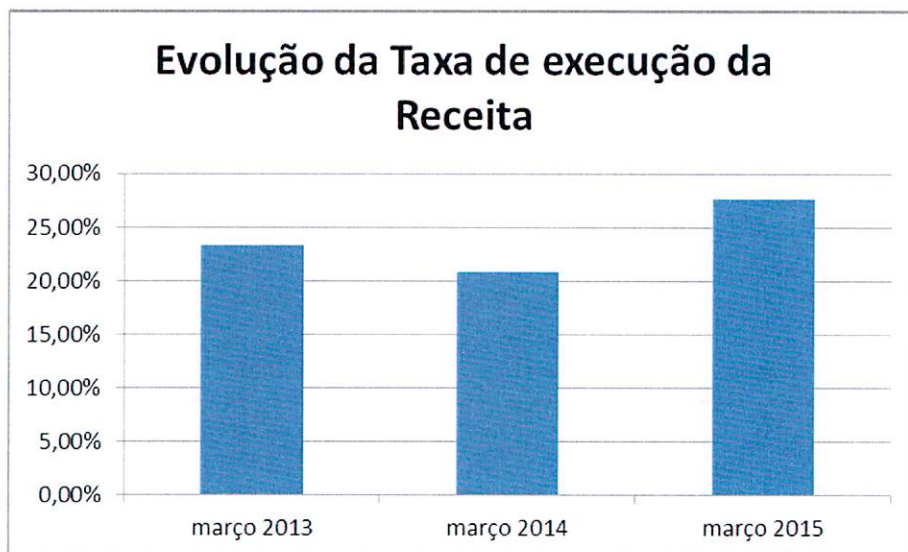
Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 28%.

À data deste relatório a execução da receita é inferior à execução prevista. Esta situação deve-se ao facto da SPMS ainda não ter faturado à Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) os valores referentes ao primeiro trimestre no âmbito do Contrato Programa. A SPMS aguarda que o antedito Contrato Programa seja homologado por S. Exa. a Secretaria do Estado do Tesouro, para faturar os respetivos valores.

O valor do saldo de gerência do ano anterior ascendeu a 15.813.695 €, e foi devidamente incorporado face à necessidade de usar o mesmo para efetuar pagamentos de despesas correntes, incluindo vencimentos, sem gerar pagamentos em atraso.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de março.

Receita (Unidade Monetária: Euros)	março 2013	março 2014	março 2015
Valor Orçamentado	57.027.745,00 €	71.618.778,00 €	70.714.934,00 €
Valor Executado	13.343.939,00 €	14.972.530,00 €	19.569.763,00 €
Taxa de Execução	23,40%	20,91%	27,67%



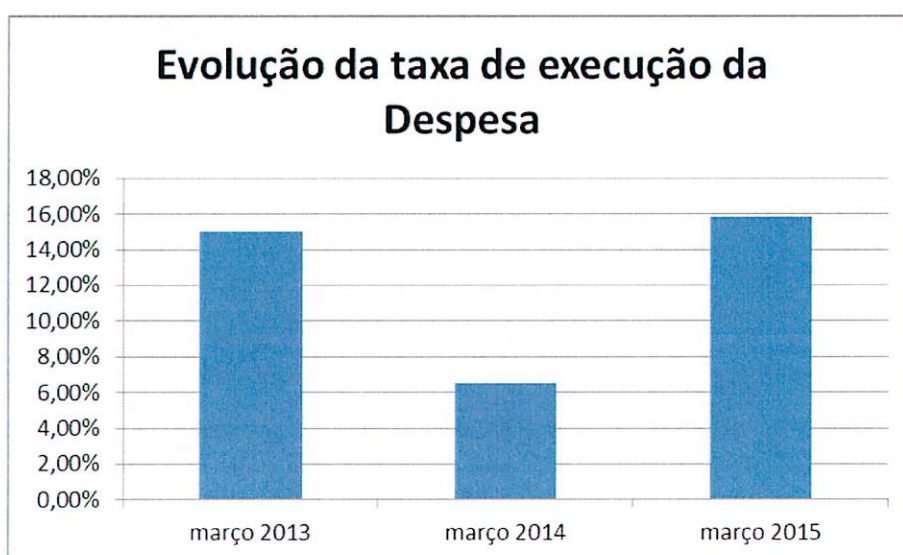
3. Execução da despesa com referência a 31 de março de 2015

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS										
mar-15										
Un: euro										
Descrição		Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fin.	Agrup. Designação	[1]	[2]	[3] = [1] - [2]	[4]	[5]	[6] = [3] - [4]	[7] = [3] - [5]	[8] = [4] - [5]	[9] = [5] / [3]
4.1.2	D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	31.646 €	- €	31.646 €	- €	- €	31.646 €	31.646 €	- €	0,0%
4.8.0	D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	761.413 €	- €	761.413 €	- €	- €	761.413 €	761.413 €	- €	0,0%
5.1.0	D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	6.642.727 €	- €	6.642.727 €	2.785.724 €	1.373.502 €	3.857.003 €	5.269.225 €	1.412.222 €	20,7%
5.1.0	D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	135.660 €	- €	135.660 €	63.304 €	29.094 €	72.356 €	106.566 €	34.210 €	21,4%
5.1.0	D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	1.504.253 €	- €	1.504.253 €	699.462 €	296.795 €	804.791 €	1.207.458 €	402.667 €	19,7%
5.1.0	D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	653.880 €	77.363 €	576.517 €	462.559 €	56.228 €	113.958 €	520.289 €	406.331 €	9,8%
5.1.0	D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	40.097.170 €	6.098.416 €	33.998.754 €	19.546.726 €	4.610.736 €	14.452.028 €	29.388.018 €	14.935.990 €	13,6%
5.1.0	D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.0	D06.02 DIVERSAS	4.108.702 €	1.343.491 €	2.765.211 €	870.489 €	866.311 €	1.894.722 €	1.898.900 €	4.178 €	31,3%
5.1.0	D07.01 INVESTIMENTOS	596.229 €	- €	596.229 €	487.270 €	206.794 €	108.959 €	389.435 €	280.476 €	34,7%
		54.532.680 €	7.519.270 €	47.013.410 €	24.915.534 €	7.439.460 €	22.097.876 €	39.573.950 €	17.476.074 €	15,8%

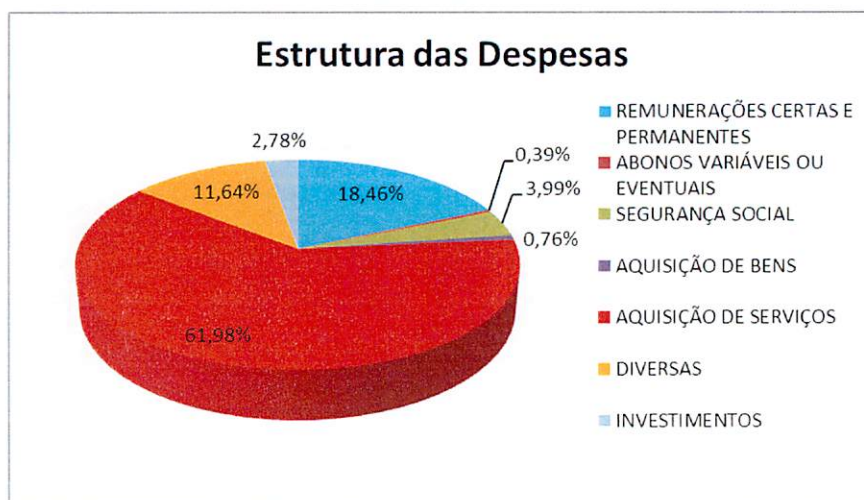
A execução da despesa evidencia um grau de execução de 16% abaixo da taxa padrão de 25%. No entanto, esta situação vai ser regularizada nos trimestres seguintes.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos com referência ao mês de março. Em março de 2015 verifica-se um nível de pagamentos de 7.439.460 €.

Despesa (Unidade Monetária: Euros)	março 2013	março 2014	março 2015
Valor Orçamentado	51.664.920,00 €	55.805.564,00 €	54.532.680,00 €
Valor cativo	- €	8.133.082,00 €	7.519.270,00 €
Valor Executado	7.759.067,00 €	3.096.335,00 €	7.439.460,00 €
Taxa de Execução	15,02%	6,50%	15,82%



Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa. Do valor total pago no 1º trimestre, 62% corresponde a aquisição de serviços e 23% corresponde a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social):



IV. Demonstrações Financeiras

1. Balanço



SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Balanço Individual em 31 de março de 2015 e 2014

(Valores expressos em euros)

	<u>31.mar.15</u>	<u>31.mar.14</u>
ATIVO		
<i>Ativo não corrente</i>		
Ativos fixos tangíveis	1.384.530,42	224.539,61
Ativos intangíveis	-	21.051,84
Ativos por impostos diferidos	-	715.000,00
Total do Ativo Não Corrente	<u>1.384.530,42</u>	<u>960.591,45</u>
<i>Ativo corrente</i>		
Cientes	1.621.558,51	1.344.952,32
Estado e outros entes públicos	601.558,44	295.534,24
Outras contas a receber	9.930.554,24	5.712.944,43
Diferimentos	2.538,18	269.426,98
Caixa e depósitos bancários	<u>12.265.192,39</u>	<u>11.354.788,09</u>
Total do Ativo Corrente	<u>24.421.401,76</u>	<u>18.977.646,06</u>
Total do Ativo	<u>25.805.932,18</u>	<u>19.938.237,51</u>
 CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
<i>Capital Próprio</i>		
Capital realizado	6.000.000,00	6.000.000,00
Reservas Legais	-	-
Outras Reservas	-	-
Resultados transitados	9.489.274,93	4.145.316,06
Resultado líquido do período	<u>4.076.788,82</u>	<u>2.080.755,87</u>
Total do Capital Próprio	<u>19.566.063,75</u>	<u>12.226.071,93</u>
<i>Passivo</i>		
<i>Passivo não Corrente</i>		
Provisões	<u>260.000,00</u>	<u>2.600.000,00</u>
Total dos Passivos não Correntes	<u>260.000,00</u>	<u>2.600.000,00</u>
<i>Passivo Corrente</i>		
Fornecedores	2.875.480,76	1.915.199,23
Estado e outros entes públicos	1.817.601,30	1.567.412,99
Outras contas a pagar	<u>1.286.786,37</u>	<u>1.629.553,36</u>
Total dos Passivos Correntes	<u>5.979.868,43</u>	<u>5.112.165,58</u>
Total do Passivo	<u>6.239.868,43</u>	<u>7.712.165,58</u>
Total Capital Próprio e do Passivo	<u>25.805.932,18</u>	<u>19.938.237,51</u>

2. Demonstração de Resultados



SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
em 31 de Março de 2015 e 2014

(Valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	31.mar.15	31.mar.14
Vendas e serviços prestados	10.211.454,39	6.109.553,08
Subsídios à exploração	1.297,23	96.597,94
Fornecimentos e serviços externos	(2.528.755,48)	(2.311.692,86)
Gastos com o pessoal	(1.724.976,81)	(1.745.164,27)
Imparidades em dívidas a receber (aumento)	-	-
Provisões (aumento)	-	-
Outros rendimentos e ganhos	13.389,97	466,72
Outros gastos e perdas	(118.826,26)	(37.349,70)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5.853.583,04	2.112.410,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(269.063,56)	(31.655,04)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5.584.519,48	2.080.755,87
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Resultado antes de impostos	5.584.519,48	2.080.755,87
Imposto sobre o rendimento do período	(1.507.730,66)	-
Resultado líquido do período	4.076.788,82	2.080.755,87

3. Demonstração dos Fluxos de Caixa



SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
em 31 de março de 2015 e 2014

(Valores expressos em euros)

	<u>31.mar.15</u>	<u>31.mar.14</u>
<i>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</i>		
Recebimentos de clientes	3.754.266,10	6.466.691,69
Pagamentos a fornecedores	(5.243.172,58)	(6.057.992,01)
Pagamentos ao pessoal	(1.402.247,53)	(993.812,47)
Caixa gerada pelas operações	<u>(2.891.154,01)</u>	<u>(585.112,79)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(482.191,00)	
Outros recebimentos/pagamentos	(696.316,19)	(450.585,16)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	<u>(4.069.661,20)</u>	<u>(1.035.697,95)</u>
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(207.276,90)	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	<u>(207.276,90)</u>	<u>-</u>
<i>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</i>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	<u>-</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>(4.276.938,10)</u>	<u>(1.035.697,95)</u>
Efeito das diferenças de câmbio	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>16.542.130,49</u>	<u>12.390.486,04</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>12.265.192,39</u>	<u>11.354.788,09</u>

4. Notas

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

No final do exercício de 2014 foram finalizados os trabalhos relacionados com o levantamento dos ativos provenientes das entidades que deram origem à SPMS, EPE, aquando da sua constituição, bem como os que resultaram da transferência de atribuições originárias da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS,I.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, levada a efeito por uma entidade independente (American Appraisal, Consultores de Avaliação, Lda.), o que se traduziu num aumento desta rubrica, face ao período homologado.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. Os ativos intangíveis reconhecidos referem-se a software's e licenças que a 31 de março de 2015 já se encontram totalmente amortizados.

Clientes

No 1º trimestre de 2015 os valores em dívida de clientes aumentaram ligeiramente face ao 1º trimestre de 2014.

Estado e Outros Entes Públicos - Ativo

Nesta rubrica constam os valores a receber referentes a IVA.

Outras contas a receber

No saldo desta conta consta o reconhecimento de rendimentos relativos ao presente ano, provenientes da faturação a emitir à ACSS no âmbito do contrato programa de 2015, bem como a faturação a emitir a diversas entidades da saúde pelos serviços partilhados prestados.

Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.

Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Capital

O capital estatutário de 6.000.000 euros é detido a 100% pelo Estado Português, encontra-se integralmente realizado a 31 de março de 2015.

Resultados Transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 3.327.758,87 Euros, foi transferido para resultados transitados.

Provisões

A 31 de dezembro de 2014 a SPMS constituiu uma provisão no valor de 260.000 euros referente a processos judiciais em curso, que se mantém.

Fornecedores

Comparativamente a 31 de março de 2014 verifica-se um aumento do montante de dívidas a fornecedores. No entanto, estima-se que este montante se reduzirá nos trimestres seguintes.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a impostos sobre o rendimento, contribuições ao Estado e à estimativa de imposto efetuada.

Outras Contas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias, subsídio de férias e os respetivos encargos e dívidas a fornecedores relativas a imobilizado.



Vendas e Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica refere-se essencialmente a rendimentos acrescidos ao período, no âmbito do contrato programa com a ACSS e dos contratos de serviços partilhados com diferentes entidades da saúde, em respeito pelo do regime contabilístico do acréscimo (periodização económica).

Subsídios à exploração

Os valores registados nesta rubrica referem-se a projetos comunitários no âmbito da saúde.

Fornecimentos e serviços externos

Os valores registados nesta rubrica referem-se essencialmente a subcontratações no âmbito do contrato programa com a ACSS.

Gastos com o pessoal

No 1º trimestre de 2015 e face ao período homólogo não se verificam variações significativas.

Outros gastos e perdas

Esta rubrica apresenta um aumento em relação ao mesmo período de 2014, tal deve-se ao pagamento de multas e quotizações.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica apresenta o respetivo gasto tendo em conta os ativos adquiridos no primeiro trimestre de 2015, bem como os ativos registados em 2014 que transitaram de outras entidades.

Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 31 de março de 2015, evidencia um resultado líquido do período de 4.076.789€. Este resultado é muito superior face ao período homólogo do ano anterior, o qual é justificado pelas variações anteriormente evidenciadas.

Recebimentos de clientes

Em 2015 os recebimentos que ocorreram no primeiro trimestre referem-se essencialmente aos valores em dívida a 31 de dezembro de 2014, uma vez que neste período não ocorreu faturação relativa ao contrato programa de 2015.

Pagamentos a fornecedores

O pagamento a fornecedores não apresenta uma variação muito significativa face ao período homólogo.

Pagamentos ao pessoal

O pagamento ao pessoal apresenta um aumento face ao período homólogo do ano anterior devido à alteração do método de contabilização de gastos com o pessoal na DFC. Em 2014 apenas constavam nesta rubrica os valores liquidados pagos ao pessoal, no entanto em 2015 considera-se que a DFC deve refletir o valor bruto de encargos com o pessoal, pelo que se acrescentou ao valor líquido, anteriormente considerado, os descontos que foram retidos e entregues ao estado e que são da esfera do trabalhador. Os encargos patronais, da responsabilidade da SPMS, decorrentes do pagamento dos vencimentos são registados em outros pagamentos.

Pagamentos do imposto sobre o rendimento

Em março de 2015 foi efetuado o 3.º pagamento por conta de 2014 que tinha sido anteriormente considerado dispensado face à perspetiva de resultados de 2014 e à possibilidade conferida pelo n.º 1 do artigo 107.º do CIRC. Este pagamento ocorreu assim que se perspetivou a ultrapassagem dos 20% previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

Outros Pagamentos/Recebimentos

O aumento do valor desta rubrica deve-se ao facto de no 1º trimestre de 2014 ter sido registado um recebimento de subsídios à exploração. O valor do recebimento foi compensado com o valor a pagar, originando a diminuição do valor negativo desta rubrica em 2014.

Activos fixos tangíveis

No primeiro semestre de 2015 foram efetuados pagamentos referentes a aquisição de ativos, essencialmente de equipamento informático.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

O saldo apresentado no final do período deverá manter-se nos trimestres seguintes, continuando a SPMS a cumprir todas as suas obrigações e mantendo um desempenho positivo.

V. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência ao mês de março.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	março 15	Limite/objetivo
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	4.076.788,82 €	4.645.859,00 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	76%	79%
Liquidez geral	Ativo Circulante: Existências + Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos de Curto Prazo: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	4,08	4,16
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	3,14	Na
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	5.584.519,48 €	6.237.059,00 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	5.853.583,04 €	8.138.159,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	2.528.755,48 €	28.700.000,00 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	10.226.141,59 €	44.900.300,00 €
Despesas com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	36.076,53 €	145.010,32 €
Despesas com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	2.657,18 €	9.653,00 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	17.053,84 €	73.145,98 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	1.724.976,81 €	8.002.141,00 €
Gastos Operacionais (€)	Rendimentos Operacionais - EBITDA	NA	DR	4.372.558,55 €	36.762.141,00 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR	10.211.454,39 €	44.480.300,00 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais	Volume de Negócios	DR	43%	<83%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis + Locação + seguros	NA	Balancete	22.939,05 €	30.828,99 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	3.754.266,10 €	54.791.191,25 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	5.243.172,58 €	36.869.400,00 €
Prazo médio de pagamento (dias)	Média Fornecedores dos últimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balço e DR trimestral	46,15	38,15
Prazo médio de recebimento (dias)	Média dos Clientes dos últimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balço e DR trimestral	16,70	40,21
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		0,36	0,95
Saldo médio mensal de clientes	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	1.482.266,48 €	Na
Saldo médio mensal de fornecedores	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.366.142,88 €	Na
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	1.297,00 €	Na

VI. Conclusão

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

- Os graus de execução da receita e da despesa estão abaixo do previsto mas a situação tenderá a normalizar nos próximos trimestres de 2015;
- A execução da receita apresenta uma taxa superior à execução da despesa, devido à integração do saldo, no entanto nos próximos trimestre a situação será equilibrada.

SPMS, em Lisboa, 30 de julho de 2015
